

1ª Intervenção sobre a Informação Escrita de 1 de Junho a 31 de Agosto, na Assembleia Municipal de Lisboa de 5 de Setembro de 2017

Analisamos hoje a Informação Escrita do sr. Presidente para o período de 1 de Junho a 31 de Agosto e, numa 1ª intervenção, pretendemos colocar um conjunto de questões sobre as quais não obtivemos a devida clarificação a partir da sua contextualizada leitura.

Na p. 33, a propósito do Contrato Inominado com a SGAL, são referidas a análise da Conta Corrente e da Conta/Plano Parcelar do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (o PUAL) e de reuniões mensais de uma Comissão Paritária e da Comissão de Monitorização ao Desenvolvimento do PUAL. No entanto, nada se sintetiza sobre as conclusões obtidas ou os eventuais desenvolvimentos entretanto realizados.

Curiosamente, na p. 32 da Informação Escrita do anterior período entre Abril e Maio, o balanço apresentado pelo sr. Director Municipal de Gestão Patrimonial é textualmente o mesmo. Aliás, o texto actual não passa de uma mera acção de sucessiva cópia e colagem. Ou seja, até poderão ter sido realizadas as referidas reuniões mensais, porém, está totalmente ausente qualquer eventual evolução na execução do PUAL.

Sabemos que desde há várias Informações Escritas se encontram em estudo as malhas nºs 30, 32 e 33 e que, mais recentemente, foi transferida uma nova malha do território - a nº 28 (p. 52) - para a SGAL, para onde, na Informação Escrita de há um ano, já esteve prevista “uma grande superfície comercial” (p. 112).

Assim, sr. vice-Presidente, considerando tratar-se de uma vasta área geográfica que há muitos anos se encontra em processo de reabilitação, será possível aclarar os grupos municipais sobre a monitorização em curso e se a SGAL tem ou não vindo a cumprir os prazos de execução contratualizados ou se persistem as derrapagens e, por consequência, cedo ou tarde o Município ver-se-á de novo obrigado a rever e prorrogar este já muito famoso Contrato Inominado? E será que se pretende com a transferência desta malha 28 promover nova habitação ou voltar a viabilizar, agora nas mãos dos privados, a referida superfície comercial?

Nova questão. Agora sobre o recém-inaugurado Posto de Segurança Avançada (PSA) da Rua Vasco da Gama Fernandes e referido na p. 73. Para já, na p. XII da introdução, há uma gralha, pois a inauguração não foi em Julho, mas sim em 16 de Junho. Omite-se também que foi inaugurado sem estarem salvaguardadas algumas das condições mínimas para o seu bom funcionamento. No texto é reconhecido, e bem, todo o mérito do RSB. Mas deveria ser uma prioridade do executivo pugnar para que os nossos bombeiros tenham todas as condições a que têm direito, para que possam prestar um socorro eficaz e de qualidade junto da população e da cidade de Lisboa.

“Os Verdes” até já apresentaram um requerimento solicitando esclarecimentos sobre as condições do Quartel do RSB do Alto do Lumiar, que ainda permanece sem resposta, nomeadamente sobre algumas carências, desde a falta de água quente a utensílios na cozinha, etc. Pelo que gostaríamos de saber se estas detectadas

necessidades já foram resolvidas e também, considerando que se prevê que este PSA cubra uma população de cerca de 75 mil munícipes, quantos efectivos desempenham funções neste quartel?

Depois, a propósito da Rede de Transportes Públicos, a Direcção Municipal de Mobilidade e Transportes refere, na p. 115, um estudo em curso sobre o Interface do Campo Grande e mais à frente, na p. 122, confirma a reformulação deste mesmo Interface, estudo de que já aliás se falava na Informação Escrita de Março (p. 107).

Ora, acontece que já em Abril do ano passado “**Os Verdes**” apresentaram um requerimento, ainda sem resposta, onde se questionava o executivo sobre as deficientes condições de parte deste terminal, por as protecções aéreas se encontrarem a céu aberto, da ausência de abrigos seguros ou de não existirem instalações sanitárias para os milhares de utentes, passageiros, taxistas e trabalhadores das empresas de transportes.

Mas as notícias disponíveis são contraditórias. Já se disse que este Interface iria ser completamente reorganizado e trasladado para um terreno adjacente ao Estádio Alvalade XXI, “aproveitando o terreno que ficou liberto por um parque de estacionamento”. Mas mais recentemente a comunicação social referiu que a CML pretende fechar o terminal rodoviário do Campo Grande para ali poder erguer mais uma torre de escritórios, propondo que os autocarros passem a ter como destino o Senhor Roubado, no concelho de Odivelas.

Trata-se de um local que fica perto da paragem do Metro, com o inconveniente de só ser servido por uma linha e não por duas como no Interface do Campo Grande. Esta proposta parece não agradar à Rodoviária do Oeste, que terá encomendado um estudo ao Instituto Superior Técnico para saber qual o impacto, junto dos seus clientes, de uma eventual mudança do terminal. Haverá mesmo um número aparentemente residual de utentes que pondera passar a utilizar o automóvel se for alterado o ponto de origem/destino.

Pergunta-se: confirma o sr. vice-Presidente o encerramento do Campo Grande como terminal rodoviário ou o assunto estará, entretanto, suspenso até ao desfecho das próximas autárquicas? Em que fase se encontra o referido estudo em curso sobre o Interface do Campo Grande? Em suma, qual a data para a sua apresentação pública?

Uma outra situação que lamentavelmente se vem arrastando há vários anos reporta-se às condições de trabalho, ou à falta delas, do Julgado de Paz de Lisboa, em Telheiras, e que sucessivamente, em todas as recentes Informações Escritas se encontra total e incompreensivelmente omissa. A situação está longe de ser nova.

Em 12/07/2016, “**Os Verdes**” colocaram em plenário várias questões sobre este caso e o sr. vice-presidente concordou que, para além da falta de pessoal e de espaço para armazenamento de processos, as próprias condições de trabalho já na altura não eram as melhores. Entretanto, há já um ano a direcção do STML reuniu com o sr. vereador dos Recursos Humanos e Finanças, onde estiveram também presentes

dirigentes da DMRH. E o próprio vereador, acompanhado pelo sr. vice-presidente, terá efectuado uma visita ao local, sito na Rua prof. Vieira de Almeida.

Parece, assim, ter sido consensual que a loja em Telheiras, onde está instalado o Julgado de Paz, e apesar da sua excelente localização, pois possui estação de Metro ‘à porta’, não tem condições para albergar estes serviços, sendo inadiável equacionar uma expansão da sua localização, incluindo a abertura de um 2º Julgado na capital.

Há poucos dias, e decorrido todo este tempo, “**Os Verdes**” voltaram a visitar aquele espaço e, auscultados juízes, funcionários e utentes, depararam-se com a imobilidade do executivo PS para encontrar a solução que havia sido prometida neste plenário há mais de um ano.

As queixas actuais abrangem falta de espaço para utentes, funcionários e para manutenção do arquivo corrente, mobiliário desadequado, fraca iluminação, deficiente renovação do ar, o espaço de trabalho oscila entre um solário e uma câmara frigorífica, climatização, ventilação e extracção do ar são inexistentes, fios telefónicos e eléctricos espalhados por todo o lado, falta de potência eléctrica, equipamento informático totalmente obsoleto, bastidor em local de atendimento ao público, não há fax nem acesso ao e-mail geral da CML, partilha de instalações sanitárias entre homens e mulheres, incluindo para o público, em total desrespeito pela lei, falta de privacidade no espaço de atendimento, ausência de facilidades para pessoas com mobilidade reduzida, falta de um espaço que permita aos trabalhadores usufruir de uma refeição quente.

Não nos digam, sr. vice-Presidente e srs vereadores, que desconhecem estas realidades ou as promessas anteriormente assumidas neste plenário.

A nossa pergunta volta a ser simples: porque tardam em ser tomadas diligências no sentido de dotar este Julgado de Paz, em Telheiras, das condições mínimas necessárias ao seu funcionamento? Que contactos já foram tomados com o Ministério da Justiça, para a abertura de um 2º Julgado de Paz na cidade de Lisboa?

J. L. Sobreira Antunes

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”